



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 633/12


Denomina Susumo Itimura o trecho da Rodovia PR-442, conforme especifica.



Art. 1º Fica denominado Susumo Itimura o trecho da Rodovia PR-442, entre a Rodovia PR-369 e o Município de Uraí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 028/13

Dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.742/93, e dá outras providências.

Art. 1º Os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social poderão ser repassados automaticamente para os Fundos Municipais de Assistência Social, independente da celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, desde que atendidas as exigências deste artigo pelos respectivos Municípios.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social recebidos pelos Fundos Municipais de Assistência Social, na forma prevista no *caput*, serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados pelos respectivos conselhos, buscando, no caso de transferência aos fundos municipais, a compatibilização no plano estadual e o respeito ao princípio da equidade, com despesas de custeio, investimento, obras e recursos humanos.

Art. 2º A prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social, será feita pelo beneficiário por meio de Relatório de Gestão Físico-Financeira, que deverá ser encaminhado semestralmente ao Órgão Gestor Estadual, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

§ 1º A operacionalização da prestação de contas dos recursos será objeto de regulação do Órgão Gestor Estadual, conforme critérios estabelecidos pelos órgãos de controle externo e pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º É assegurado ao Tribunal de Contas do Estado, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado e ao Conselho Estadual de Assistência Social o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros dos programas e a toda documentação pertinente à assistência social custeada com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º As transferências automáticas realizadas pelo Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social serão regulamentadas por atos do Poder Executivo Estadual e os recursos transferidos somente poderão ser utilizados em conformidade com as normas e autorizações desses atos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março 2013.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 639/12

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica e adota outras providências.

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, que compõem as carreiras previstas na Lei Estadual nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, são os definidos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As tabelas de vencimentos estabelecidas no Anexo I desta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.

Art. 2º. Fica incorporado às tabelas de vencimentos do Anexo I desta Lei os valores correspondentes à gratificação de atividade judiciária (GAJ), ficando, em consequência, revogado o artigo 3º da Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010 e o artigo 35 da Lei Estadual nº 17.250, de 31 de julho de 2012.

Art. 3º. Ficam alterados os artigos 4º, 5º e seus parágrafos, 15 e 16 da Lei Estadual nº 16.023 de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. A chefia dos trabalhos das secretarias é exercida pelo ocupante da função comissionada de Chefe de Secretaria e a de supervisão dos trabalhos é exercida pelo ocupante da função comissionada de Supervisor de Secretaria.

§ 1º. Por Secretaria haverá uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.

I - Nas Escrivanias de entrância final, haverá uma função comissionada de Supervisor de Secretaria;

§ 2º. Nas comarcas de juízo único, à medida que houver vacância das serventias, estas serão incorporadas à unidade estatizada anteriormente existente, criando-se estrutura de Secretaria única,



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



com uma função comissionada de Chefe de Secretaria e uma de Supervisor de Secretaria.

§ 3º. As secretarias podem funcionar acumuladas no interesse da Justiça, por ato do Presidente do Tribunal, sem implicar acúmulo das funções comissionadas de Chefe e Supervisor.

Art. 5º. As funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria integram o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

§ 1º. As funções comissionadas de Chefe de Secretaria serão exercidas por servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário, da área judiciária, do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição e, excepcionalmente, por Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito.

I - Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

§ 2º. A função comissionada de Supervisor de Secretaria será exercida por servidores ocupantes de cargos de Analista Judiciário, da área judiciária ou contábil, e excepcionalmente por Técnico Judiciário e Técnico de Secretaria.

§ 3º. Ao Juiz de Direito cabe a indicação dos servidores ocupantes de cargos efetivos para o exercício das funções referidas no caput, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, segundo os critérios definidos nesta Lei.

§ 4º. O servidor designado para as funções previstas neste artigo participará de programa de qualificação, conforme disciplinado em regulamento.

...

Art. 15. Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:

I - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Parágrafo único. Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 16. Pela execução de trabalhos externos pelos designados para as funções de Oficial de Justiça e Comissário da Infância e da Juventude fica criada indenização de transporte relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para desincumbir-se do serviço e será calculada até o percentual de 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário".

Art. 4º. Fica alterado o artigo 155 da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155. Em caso de afastamento do servidor ocupante do cargo de Escrivão remunerado pelos cofres públicos ou Secretário dos Juizados Especiais, o Juiz de Direito da respectiva unidade indicará servidor ocupante de cargo efetivo de Analista Judiciário, da área jurídica, ou Técnico Judiciário ou Técnico de Secretaria, desde que bacharel em Direito, para o exercício precário das funções, cuja designação dar-se-á por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º. Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

§ 2º. O servidor designado para o exercício precário das funções do titular da Escrivania ou Secretaria dos Juizados Especiais, durante o período de substituição, perceberá proporcionalmente o valor correspondente à gratificação de função de Chefe de Secretaria."

Art. 5º. Fica alterado o artigo 266 da Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 266. Havendo desdobramento ou criação de vara ou comarca, o Juiz Titular da vara ou comarca desdobrada ou da qual saírem as atribuições, terá o direito de optar pela de sua preferência, respeitados os seus direitos, nos dez dias seguintes à publicação do



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ato respectivo e, não o fazendo, entender-se-á que preferiu aquela de que é titular."

Art. 6º. As atribuições básicas das funções comissionadas de Chefe de Secretaria e Supervisor de Secretaria passam a ser as constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas das funções comissionada previstas neste artigo serão definidas em regulamento.

Art. 7º. Ficam ressalvadas as situações constituídas, relativamente a designação de funções comissionadas previstas nesta Lei, até 60 (sessenta) dias após a vigência desta Lei.

Art. 8º. Fica revogado o §2º do artigo 31 da Lei 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 9º. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no artigo 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Fundo da Justiça.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO I

Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição

Parte Permanente

Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (SUP)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
1	SUP-1	4.929,90
2	SUP-2	5.176,40
3	SUP-3	5.435,22
4	SUP-4	5.706,98
5	SUP-5	5.992,32
6	SUP-6	6.291,94
7	SUP-7	6.606,54
8	SUP-8	6.936,87
9	SUP-9	7.283,71

TABELA 2

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO (INT)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
1	INT-1	3.862,72
2	INT-2	4.055,85
3	INT-3	4.258,67
4	INT-4	4.471,59
5	INT-5	4.695,16
6	INT-6	4.929,92
7	INT-7	5.176,44
8	INT-8	5.435,25
9	INT-9	5.706,99



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO II

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS FUNÇÕES COMISSONADAS DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 1º. Ao Chefe de Secretaria compete:

- I - coordenar e executar os serviços de documentação e movimentação processuais, de guarda e conservação dos autos, de comunicação processual (expedição de mandados, de cartas e de elaboração de editais) e de certificação;
- II - escriturar livros e arquivar documentos, processos e relatório;
- III - atender o público em geral;
- IV - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria;
- V - efetuar a movimentação processual;
- VI - redigir e assinar ofícios, mandados, editais, cartas precatórias, certidões e demais atos da Secretaria;
- VII - cumprir os despachos e as decisões judiciais;
- VIII - receber e tomar por termo as reclamações feitas oralmente;
- IX - fiscalizar o pagamento das custas processuais;
- X - entregar os autos com carga ao juiz, promotor ou advogado, nos casos permitidos em lei;
- XI - cobrar os autos que, findo o prazo, não forem devolvidos;
- XII - registrar, antes da intimação das partes ou ao seu advogado, as sentenças do juiz;
- XIII - emitir, independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo ou de fato de seu conhecimento em razão do ofício;
- XIV - auxiliar e estar presente às audiências, quando solicitado;
- XV - coordenar todas as atividades relacionadas com serviços da Secretaria.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 2º. Ao Supervisor de Secretaria compete:

- I - coordenar, em nível auxiliar ao Diretor de Secretaria e segundo sua orientação, todas as atividades relacionadas com os serviços da Secretaria;
- II - substituir o Chefe de Secretaria em seus afastamentos ou impedimentos;
- III - supervisionar e executar atividades relacionadas à elaboração e conferência dos serviços judiciários e administrativos da Secretaria;
- IV - atender o público em geral;
- V - manter a ordem e o decoro no interior da Secretaria;
- VI - redigir e assinar ofícios, certidões e demais atos da Secretaria;
- VII - cumprir os despachos e as decisões judiciais;
- VIII - receber e tomar por termo as reclamações feitas oralmente;
- IX - auxiliar e estar presente às audiências, quando solicitado;
- X - auxiliar o Juiz Supervisor do Fundo Rotativo nas atividades de coordenação e controle dos recursos destinados à Comarca ou Juízo elaborando a prestação de contas de sua aplicação.



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, constante na Lei Estadual nº 16.023/2008; altera os artigos 4º, 5º e seus parágrafos, 15 e 16 da Lei Estadual nº 16.023/2008; os artigos 155 e 266 da Lei Estadual nº 14.277/2003; e revoga os artigos 3º da Lei Estadual nº 16.745/2010, 36 da Lei Estadual nº 17.250/2012 e o §2º do artigo 31 da Lei 16.748/2010.

A Lei Estadual nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, em seu artigo 3º, instituiu a chamada Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), benefício concedido às carreiras de Analista Judiciário e Técnico Judiciário previstas na Lei Estadual nº 16.023/2008.

De acordo com o citado artigo, a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), cuja percepção é condicionada ao efetivo exercício do cargo, incidirá sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário nos percentuais de 50% (cinquenta por cento) e 80% (oitenta por cento), respectivamente, e não integram os vencimentos, proventos e pensões.

A presente proposta tem por objetivo agregar ao vencimento dessas carreiras o valor que atualmente é pago a título de gratificação.

Isso representa um maior benefício ao servidor, que passará a ter incorporado à sua tabela de vencimentos valores que atualmente lhe são pagos a título de gratificação.

Assim, tais valores deixam de ser apenas um benefício temporário, passando a integralizar todo o vencimento do servidor, aumentando a base de cálculo sobre o qual incidirá o percentual previdenciário, e de consequência, objeto de proventos e pensão.

Por estar-se incorporando a referida gratificação ao vencimento dos servidores pertencentes às classes de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, fica revogado o art. 35 da Lei Estadual nº 17.250, de 31 de julho de 2012, vez que a Gratificação de Atividade Judiciária deixará de existir.

Foram alterados os artigos 4º, 5º, 15 e 16, todos da Lei Estadual nº 16.023/2008, de modo a reduzir despesas e corrigir distorções nos critérios de atribuição e modo de cálculo das gratificações. Alterou-se a nomenclatura dessas funções comissionadas de Chefe de Secretaria e de Supervisão e seus valores passaram a ser fixos e não mais em percentual incidente sobre o vencimento do servidor.

Com esta nova proposta essas funções comissionadas serão devidas em valor idêntico aos servidores, independentemente de circunstâncias pessoais e não mais oscilando de acordo com o nível de remuneração. Dá-se, portanto, tratamento isonômico às gratificações em razão da sua complexidade e natureza do trabalho desenvolvido.

Em razão da incorporação da GAJ – gratificação de Atividade Judiciária ao vencimento dos servidores, altera-se o percentual da indenização de transporte



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



de 130% (cento e trinta por cento) para 72% (setenta e dois por cento) sobre o vencimento do primeiro nível do cargo de Técnico Judiciário.

A indenização é relativa às despesas decorrentes da utilização de meios próprios de locomoção para execução de trabalhos externos pelos servidores designados para as funções de Oficial de Justiça.

Assim, embora sua incidência passe para um percentual menor, com o incremento na base de cálculo esta redução não implicará em perdas.

Também foram promovidas algumas alterações no Código de Organização Judiciária Estadual, Lei Estadual nº 14.223, de 30 de dezembro de 2003, especialmente nos artigos 155 e 266, de modo a atualizar seus termos com os da Lei Estadual nº 16.023/2008.

A alteração na redação do artigo 155 decorre da necessidade de prever regras de substituição na chefia das serventias que permanecem sob o modelo de escrivania, em virtude da extinção de carreiras promovidas pelo artigo 21 da lei 16.023, de 19 de dezembro de 2008.

Alterou-se a redação do art. 266 de modo a não mais permitir que em caso de desdobramento ou criação de vara ou comarca possa o serventuário da vara desdobrada optar sua preferência, tendo em vista que a carreira de escrivão foi extinta e, nesses casos, a vara ou comarca passará a reger-se pela Lei Estadual 16.023/2008, que instituiu as novas Secretarias.

Assim, uma vez criada uma Secretaria, por força de desdobramento, não há mais que se falar em opção pelo escrivão.

A presente proposta foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício financeiro de 2012, R\$ 4.188.000,00 (quatro milhões cento e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2013, e R\$ 4.370.000,00 (quatro milhões trezentos e setenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício de 2013 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

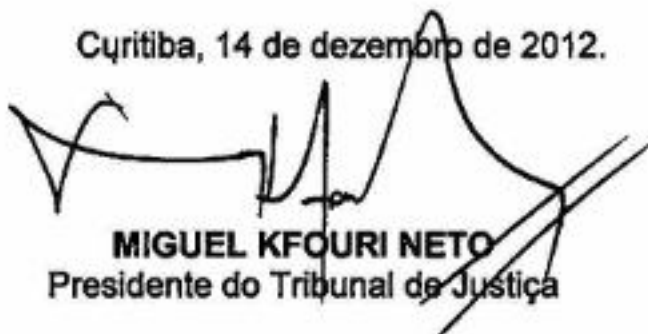
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 14 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.673/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 12/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº639/2012

Autor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Relator: Deputado PEDRO LUPION

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica e adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O VENCIMENTO DOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E TÉCNICO JUDICIÁRIO. QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DE 1º GRAU. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei N. 639/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por objetivo o reenquadramento de 08 (oito) servidores ocupantes de cargos de Auxiliar Judiciário II, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, oriundos dos cargos de provimento



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal do extinto Tribunal de Alçada.

Uma vez proposto o PL, fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal.¹

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Corroborar deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



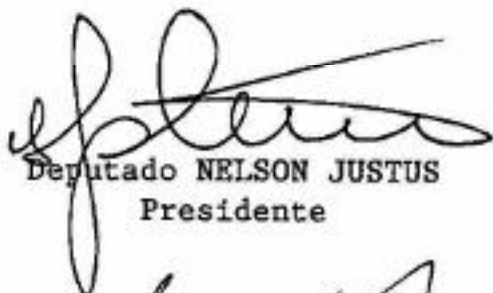
Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

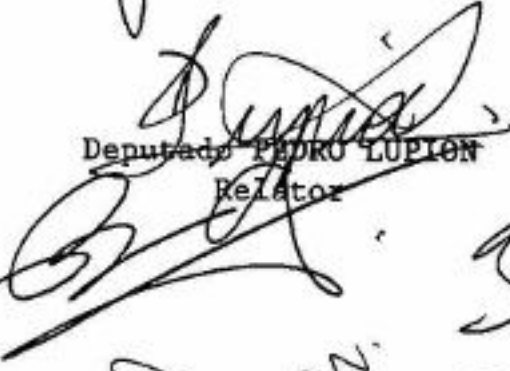
É O VOTO.

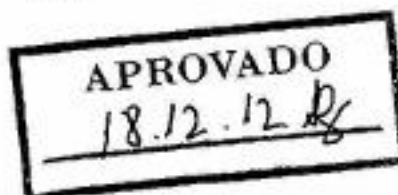
III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei N. 639/2012, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 639/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1673/12 que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de 1º Grau de Jurisdição do estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica da Lei nº 16.023/08

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que os custos do projeto em tela representam um incremento na despesa de aproximadamente R\$335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais) para o exercício de 2012, R\$4.188.000,00 (quatro milhões cento e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2013 e R\$4.370.000,00 (quatro milhões, trezentos e setenta mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



29 DEPUTADOS

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário

24

Emenda de Plenário nº	01
DAP	13 MAR 2013
Visto	<i>[assinatura]</i>

14:57 13/03/2013 001852 DP ASSUNTO DE LEGISLATION DO PARANÁ

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 639/12

O art. 11 do Projeto de Lei nº 639/12 passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, 13 de março de 2013.

[assinatura]
14. SCARANO
[assinatura]
22. KATO

Justificativa:

Em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar 95/98 a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas, ficando vedadas as revogações genéricas.

[assinatura]
14. ACCIOLY

[assinatura]
1. GUSTAVO DINIZ

[assinatura]
2. FERNANDO PIMENTA

[assinatura]
7. PAULO MARI

[assinatura]
17. LASCAR

[assinatura]
15. GUSTAVO DINIZ

[assinatura]
3. STEPHANUS JR

[assinatura]
13. TADEU SPINA

[assinatura]
5. TENSIO TUCK

[assinatura]
25. V. LUCIO

[assinatura]
12. ELTON LEON

[assinatura]
9. RUI LOPES

[assinatura]
23. ALDO MARIN

[assinatura]
14. DEIVANIL

[assinatura]
19. EDSON

[assinatura]
24. MARCOS

[assinatura]
27. J. J. J. J.

[assinatura]
6. WILSON MARI



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

25

Curitiba, 07 de março de 2013.
Ofício nº 255/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 08/03/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2013

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente:

Através do Ofício nº 1.673/2012-GP, datado de 14 de dezembro de 2012, foi encaminhado para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 639/2012, que dispõe sobre o vencimento dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Quadro de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

No entanto, em razão da existência de erro formal na citada proposta, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de apresentar emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 639/2012, de autoria deste Tribunal de Justiça, para modificar a redação apresentada para o artigo 3º, de modo a excluir do respectivo texto a referência ao artigo 15 da Lei Estadual nº 16.023/2008, já revogado, e reinserir a providência legal proposta como artigo 6º do Projeto de Lei, conforme redação em anexo, enumerando-se o artigo 6º da redação original como artigo 7º e, conseqüentemente, os demais artigos.

Registro, desde já, que a correção proposta não afeta o mérito do Projeto de Lei nº 639/2012, que permanece inalterado em sua essência.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

[Assinatura]
Desembargador CLAYTON CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

14332 12/03/2013 001717 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

26

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 639/2012.

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 639/2012, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo, sem alterar o mérito de qualquer das medidas propostas originalmente, modificar a redação apresentada para o artigo 3º, de modo a excluir do respectivo texto a referência ao artigo 15 da Lei 16.023/2008, já revogado, e reinserir a providência legal proposta como artigo 6º do Projeto de Lei, conforme redação que segue, renumerando-se o artigo 6º da redação original como artigo 7º e, sequencialmente, os demais artigos:

"Art. 3º Ficam alterados os arts. 4º e seus parágrafos, 5º e seus parágrafos e o art. 16, *caput*, da Lei 16.023 de 19 de dezembro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 6º Ficam instituídas as gratificações de função no 1º Grau de Jurisdição, nos seguintes valores:

I - Chefe de Secretaria, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

II - Supervisor de Secretaria, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo Único. Os valores das gratificações não serão incorporados em nenhuma hipótese aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

..."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 639/12

Projeto de Lei nº 639/12

Autor da emenda 01: Dep. Adelino Ribeiro com apoio de 28 deputados.

Autor da emenda 02: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos de analista judiciário e técnico judiciário do quadro de 1º grau de jurisdição do estado do Paraná, altera e revoga os dispositivos que especifica da lei 16.023/2008.

EMENTA: EMENDAS MODIFICATIVAS. POSSIBILIDADE. ART. 141, 137 E 138 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDAS.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, tem como objetivo agregar ao vencimento dessas carreiras o valor que atualmente é pago a título de gratificação. Assim tais valores deixam de ser apenas um benefício temporário, passando a integralizar todo o vencimento do servidor, aumentando a base de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cálculo sobre o qual incidirá o percentual previdenciário, e de consequência, objeto de proventos e pensão.

Ocorre que, recebeu Emendas Modificativas de Plenário para correção de técnica legislativa e de erro formal ao projeto. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

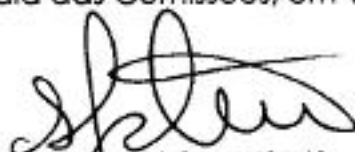



Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

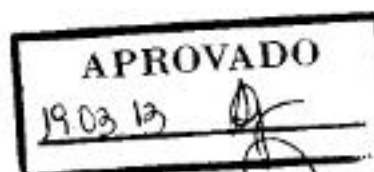
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das presentes Emendas Modificativas de Plenário.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente

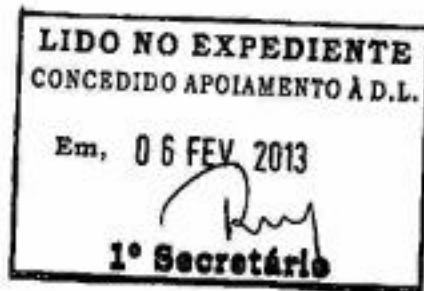

DEP. ALEXANDRE CURTI
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº. 251/2013

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Pr. Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Paraná Sr. Irineu Rodrigues.

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Irineu Rodrigues.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de Fevereiro de 2013.

GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
3º. Secretário
Líder da Bancada Evangélica



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear o Pr. Irineu Rodrigues, por todo trabalho que desenvolve como Pastor e a frente da Presidência da Igreja do Evangelho Quadrangular no Estado do Paraná.

O Pr. Irineu Rodrigues nasceu em Uruguaiana no dia 20 de outubro de 1954. Filho de Zeni Rodrigues e Adão Rodrigues, cresceu humildemente jogando bola e vendendo sonhos para ajudar na renda da casa.

Casado com Roseli Marinho Rodrigues há 35 anos e pai de três filhos: Anne Valéria M.R. Carneiro, Irineu Rodrigues Jr. e Anelise Marinho Rodrigues. Avô de dois netos: Levi e Israel.

Aos 18 anos, veio para Curitiba para cursar o Instituto Bíblico Quadrangular, formando-se no ano de 1976.

Logo após se formou em Técnico em Contabilidade e cursou Teologia pela FEPAR. Estudou também na Universidade TUIUTI no curso de Psicologia. Possuindo também, formação em Comunicação de rádio e TV.

No ano de 1977, assumiu a Congregação do Bairro Santa Quitéria, Curitiba – PR, onde o seu ministério foi confirmado. Ficou como dirigente da congregação de 1977 a 1981.

Em 1981 assumiu a 21ª IEQ no bairro Alto Boqueirão onde ficou até o ano de 1988.

No ano de 1989 foi transferido para a 13ª IEQ em São José dos Pinhais onde ficou até 1991. No mesmo ano foi transferido para Guarapuava – PR, onde pastoreou até 2007.

Em 1995, assumiu o cargo de Supervisor Estadual da IEQ no Paraná, onde atuou até o ano de 1999 quando então a IEQ teve sua primeira eleição ao cargo de Presidente Estadual. Foi eleito no seu primeiro mandato, onde permanece por três mandatos consecutivos.

Em 2000, foi eleito Vereador no Município de Guarapuava. Também no ano de 2006 assumiu, por um breve tempo, a vaga de suplente do deputado federal José Janene, pela bancada do PPS na Câmara de Deputados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Em 2007 retornou a Curitiba assumindo a 3ª IEQ, onde permanece até hoje, também presidindo o CTMQ - Centro de Treinamento Missionário Quadrangular, o qual recebe alunos de todos os estados brasileiros e também de outros países como Japão, Chile, Bolívia, Paraguay, Argentina, Peru.

Pelos motivos expostos, e dada a importância da Igreja do Evangelho Quadrangular em suas diversas frentes de atuação no Estado, consideramos nosso pleito justo e legítimo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 25/2013

Projeto de Lei nº 25/2013

Autor: Deputado Gilson de Souza

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO PRESIDENTE DA IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR NO PARANÁ SR. IRINEU RODRIGUES.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Gilson de Souza, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor IRINEU RODRIGUES.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

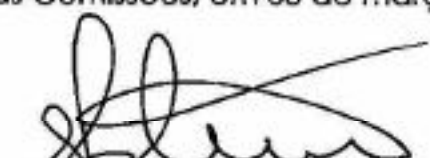
No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO
unânime 06.03.13



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 481/2013

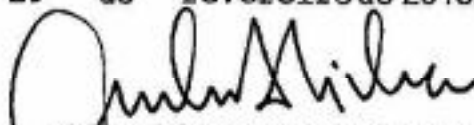
Súmula: Autoriza o Poder Executivo a custear as despesas dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

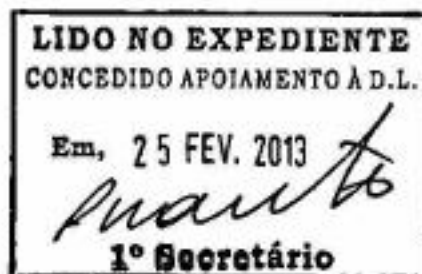
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a custear as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, decorrente do exercício de sua função.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio do Governo, em 19 de fevereiro de 2013.

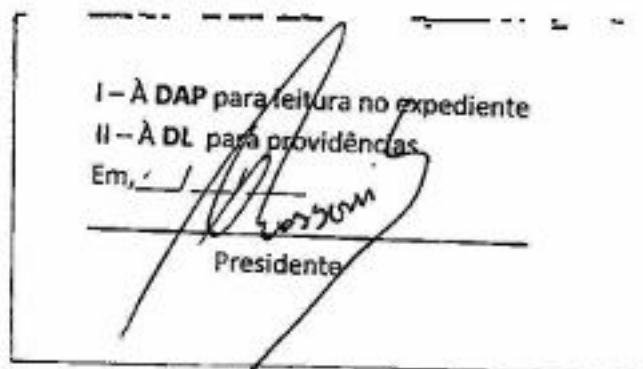

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM
Nº 011 /2013

Curitiba, 19 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a custear as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação decorrentes do exercício da função, de conselheiros no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

A medida ora proposta tem fundamento no arcabouço normativo pátrio. A obrigação de o Estado pagar as despesas dos aludidos colegiados decorre do mandamento estabelecido nos artigos 195, 204 e 227, *caput* e, notadamente, seu § 7º, da Constituição do Brasil; do mandamento estabelecido nos artigos 167 e 173 da Constituição do Paraná; do contido na Lei nº 8.069/90, notadamente em seu artigo 259, *caput*, e seu parágrafo único; do contido na Lei nº 8.742/90 e do contido na Lei Estadual nº 9.579/91.

Sucede que a Administração Pública, em razão do princípio da legalidade estrita, só pode fazer aquilo a que estiver expressamente autorizada. Assim sendo, embora a legislação supracitada pudesse permitir – como vinha permitindo, desde a criação dos aludidos conselhos – que o Estado do Paraná pagasse as despesas dos conselheiros com locomoção, hospedagem e alimentação, é certo que é de todo conveniente haver lei específica tratando dessa matéria.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.598.187-0



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Portanto, para dirimir todas as dúvidas que possam advir a respeito da obrigação de o Estado do Paraná, por sua Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, fazer o pagamento das despesas dos conselheiros integrantes do CEAS e do CEDCA, submeto o anexo Anteprojeto de Lei à apreciação dessa Casa de Leis, com o objetivo de autorizar este Poder Executivo a efetuar o pagamento das referidas despesas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 48/2013

Projeto de Lei nº 48/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 011/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a custear as despesas dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.

EMENTA: AUTORIZA O CUSTEIO DE DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DOS CONSELHEIROS INTEGRANTES DO CEDCA E DO CEAS PELO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGO 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 011/2013, visa autorizar que o Poder Executivo custeie as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos

Concedido vista.

Em 26 / 02 / 2013

Dep. P. José da Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, decorrente do exercício de suas funções.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 – A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à iniciativa do presente projeto, a Constituição do Estado do Paraná prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Dispõe ainda o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

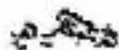
No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, foi anexado ao projeto, informação nº 022/13 esclarecendo que as despesas estão contempladas na proposta orçamentária – 2013 da SEDS e previstas no Plano Plurianual.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se adequado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CAIO QUINTANA
Relator





APROVADO
unânime 05/03/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 048/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 011/2013 que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas dos Conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual de Assistência Social.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caito Quintana exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida visa custear as despesas de locomoção, hospedagem e alimentação dos conselheiros, quando no exercício de suas funções.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta, a Informação nº 22/2013, esclarecendo que as despesas estão contempladas na proposta orçamentária – 2013 da SEDS e previstas no Plano Plurianual, estando em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, especificamente em seu art. 16 § 1º, incisos I e II.

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 13/03/13




DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR







ANTEPROJETO DE LEI 5112013

Súmula: Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná (PELLL), conforme específica.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica instituído o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná (PELLL), com a finalidade de desenvolver e assegurar estratégias permanentes de planejamento, apoio e articulação para a execução de ações voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Paraná, na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 2º São objetivos do PELL, em consonância com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), diagnosticar, incentivar e promover ações na área do livro, leitura e literatura, tendo em vista:

- I – a democratização do acesso ao livro;
- II – a formação de mediadores para o incentivo à leitura;
- III – a valorização da leitura e sua interface com a comunicação;
- IV – o desenvolvimento da economia do livro;
- V – o estímulo à criação, produção e circulação da produção literária paranaense.

Art. 3º A implementação do PELL do Paraná será realizada em regime de mútua cooperação do Estado, por sua administração pública direta e indireta, com o Ministério da Cultura e da Educação, podendo dela também participar quaisquer órgãos e entidades da administração pública federal e municipal, bem como organizações da sociedade civil que manifestem interesse em se integrarem ao PELL.

Art. 4º O PELL será gerido pela Secretaria de Estado da Cultura com o apoio das seguintes instâncias:

- I – Comissão do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (COMPELL);
- II – Coordenador Executivo.

Art. 5º A Comissão do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (COMPELL) será integrada por 15 (quinze) membros e seus respectivos suplentes, a seguir nominados:

- I – dois representantes indicados pela Secretaria de Estado da Cultura;



- II – dois representantes indicados pela Secretaria de Estado da Educação;
- III – dois representantes indicados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- IV – um representante indicado pela Secretaria de Estado da Comunicação Social;
- V – dois representantes indicados pela Biblioteca Pública do Paraná;
- VI – um representante indicado pela sociedade civil com notório conhecimento literário;
- VII – um representante indicado pela sociedade civil com atuação na área de mediação de leitura;
- VIII – um representante dos escritores domiciliados no Paraná indicado pela Academia Paranaense de Letras;
- IX – um membro indicado pela entidade representativa das editoras de livros sediadas no Estado do Paraná;
- X – um membro indicado pela entidade representativa das livrarias e/ou distribuidoras sediadas no Estado do Paraná;
- XI – um representante indicado pelo Sistema S (SESI, SENAC, SESC e SENAI).
- § 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V serão indicados por seus respectivos titulares.
- § 2º Os membros da COMPELLL serão nomeados por ato próprio do Governador do Estado, para o mandato de dois anos, permitida a recondução;
- § 3º O ato a que se refere o § 2º deste artigo designará também o Coordenador Executivo do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná;
- § 4º As decisões da COMPELLL serão aprovadas por maioria absoluta de seus membros;
- § 5º Os membros da COMPELLL não receberão qualquer remuneração pelo desempenho de suas atividades, sendo consideradas como relevantes serviços prestados à Administração Pública do Estado;
- § 6º As normas de organização e funcionamento da COMPELLL serão estabelecidas em seu Regimento Interno, a ser homologado pelos Secretários de Estado da Cultura e da Educação, por meio de Resolução Conjunta.



Art. 6º São atribuições da Comissão do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (COMPELLL):

I – planejar e articular as ações, estabelecendo metas e estratégias para a execução do PELL;L;

II – elaborar e aprovar o Regimento Interno de gestão do PELL;L e de suas instâncias;

III – assessorar os municípios na implementação dos Planos Municipais do Livro, Leitura e Literatura;

IV – definir o modelo de gestão e o processo de revisão periódica do PELL;L;

V – elaborar o calendário anual de atividades e eventos do PELL;L, incluindo a realização anual de um encontro estadual para avaliação das atividades referentes ao Plano;

VI – divulgar os programas, as ações e os projetos do Plano;

VII – gerenciar a execução do PELL;L;

VIII – responder pela execução do Plano de forma articulada com os gestores dos projetos e ações, adotando as providências necessárias à sua divulgação;

IX – monitorar o desenvolvimento das ações propostas no âmbito do PELL;L, de modo a garantir o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas;

X – mapear as ações referentes ao livro, leitura e literatura no Estado do Paraná;

XI – elaborar relatórios periódicos dos trabalhos desenvolvidos e das ações realizadas no âmbito do PELL;L, e apresentá-los às Secretarias de Estado da Cultura e da Educação;

XII – acompanhar e participar das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), mantendo-se atualizada das suas metas e resultados;

XIII – elaborar e divulgar, ao final de cada gestão, o balanço de cumprimento de metas do PELL;L.

Art. 7º As Secretarias de Estado da Cultura e da Educação darão o suporte técnico-operacional para o gerenciamento do PELL;L, inclusive aporte de pessoal, se necessário, e realização de termos de parcerias para o referido fim.

Art. 8º As ações, programas e projetos do PELL;L viabilizarão, sempre, a inclusão de



pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade.

Art. 9º O PELL se será estruturado em quatro eixos estratégicos:

I – Democratização do acesso ao livro, leitura e literatura:

- a) implantação de bibliotecas;
- b) fortalecimento da rede de Bibliotecas Públicas;
- c) consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Paraná, fortalecendo sua atuação no Sistema Nacional de Bibliotecas;
- d) melhoria do acesso ao livro e a outras formas de leitura;
- e) conquista de novos espaços de leitura;
- f) incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação.

II – Fomento à leitura e à formação de mediadores:

- a) formação de agentes e mediadores de leitura;
- b) projetos sociais de leitura;
- c) estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;
- d) prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

III – Valorização institucional da leitura e da percepção do seu valor simbólico:

- a) promover ações para criar consciência sobre o valor social do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca;
- b) ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado;
- c) publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca.

IV – Desenvolvimento da economia do livro:

- a) fortalecimento da cadeia produtiva do livro;
- b) fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura;
- c) apoio à criação e produção literária paranaense.

Art. 10. Integra o PELL o Prêmio Paraná de Literatura com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam a literatura em âmbito nacional, nas categorias poesia, conto e romance.

Parágrafo único. O referido Prêmio terá edição anual e será realizado pela Secretaria de Estado da Cultura, por meio da Biblioteca Pública do Paraná. As regras e disposições de seu funcionamento serão previstas em regulamentação própria.

Art. 11. As despesas decorrentes da implementação do PELL serão de responsabilidade dos órgãos ou entidades executoras das ações, projetos e programas.

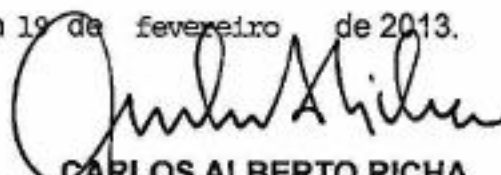


Art. 12. A nomeação dos membros da Comissão do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (COMPELLL) e do Coordenador Executivo far-se-á até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 13. A COMPELLL terá prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da sua nomeação, para elaborar seu Regimento Interno e para definir as metas e prazos do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL).

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.

Em, 25 FEV. 2013

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 014 /2013

Curitiba, em 19 de fevereiro de 2013.

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, 20 / 02 / 2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná (PELLL), com a finalidade de desenvolver e assegurar estratégias permanentes de planejamento, apoio e articulação para a execução de ações voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Paraná, na forma que especifica.

Transformar o Paraná num Estado de leitores é uma das principais diretrizes orientadoras de políticas públicas nas áreas de cultura e educação. Nesse sentido, diversas ações vêm sendo desenvolvidas para democratizar o acesso ao livro, fomentar e valorizar a leitura, incentivar e difundir a produção literária paranaense e dinamizar a cadeia produtiva do livro. A esse esforço somam-se, também, diferentes iniciativas de instituições privadas e da sociedade civil.

Entretanto, para que os resultados sejam cada vez mais positivos e para garantir a continuidade dessas ações, é necessário que elas estejam reunidas e organizadas por eixos de atuação. Para início desse trabalho, as Secretarias de Estado da Cultura e da Educação e consultores convidados formaram uma comissão técnica para elaboração da presente proposta de Lei.

Há meio século, a função social da biblioteca pública como agente mediador da formação do indivíduo já se encontrava explicitada nas normas da *American Library Association* – 1956, que assim determinavam: "a biblioteca deve procurar ajudar a população a aumentar seus conhecimentos, a utilizar o tempo livre de maneira que favoreça seu bem-estar pessoal e social, a desenvolver suas

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.131.371-7



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

atividades criativas e espirituais, a aumentar sua eficácia nas tarefas diárias, a cumprir com suas obrigações políticas e sociais, a atuar melhor na comunidade, a manter o ritmo de progresso em todas as esferas do saber e fazer da educação algo permanente."

Segundo o *Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas*, "a biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais."

Dentre os desafios que uma biblioteca pública enfrenta – visto que sua atuação deve vir ao encontro das necessidades da comunidade – estão a democratização do saber e a implementação de políticas culturais que possibilitem, ampla e gradativamente, a construção do conhecimento e o pleno exercício da cidadania. A todos esses objetivos, acrescenta-se na atualidade a função de formação de leitores e estímulo à leitura.

Para tecermos uma análise da situação do livro e da leitura no Estado do Paraná, como subsídio para a elaboração dos Planos Estadual e Municipais do Livro, Leitura e Literatura, podemos partir dos dados coletados pelo 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (BPMs), realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do Ministério da Cultura, no ano de 2009. A pesquisa revela o perfil das Bibliotecas Públicas Municipais (BPMs) de todo o país.

O Censo revela que, no ano de 2009, na Região Sul, 89% dos municípios possuíam ao menos uma biblioteca aberta, 10 (dez) pontos percentuais a mais que a média nacional, que era de 79%. Nesta região, as bibliotecas, que têm um acervo que oscila entre 2.000 (dois mil) e 5.000 (cinco mil) volumes, emprestam, em média, 351 (trezentos e cinquenta e um) livros/mês. No entanto, seus usuários/leitores frequentam o local 1,6 vez por semana, índice abaixo da média brasileira (1,9) e utilizam o equipamento preferencialmente para pesquisas escolares (57%). Se levamos em conta a demanda das pesquisas feitas nas bibliotecas, temos o Sul em primeiro lugar nacional, com 30% dos usuários que se valem do equipamento cultural para pesquisas gerais.

Desde sua legitimação pelo Decreto nº 1.494 de 27/07/1992, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas atua como apoio às iniciativas de criação e efetivação de funcionamento das bibliotecas públicas municipais do Paraná. O Sistema, composto pelo conjunto de bibliotecas públicas do Estado, é coordenado pela Biblioteca Pública do Paraná, cabendo sua operacionalização à Divisão de Extensão.

Os desafios são constantes, desde desatualização ou carência dos acervos a mudanças sucessivas no quadro de pessoal. Por essa situação, surge a necessidade de repetidos treinamentos para os atendentes das bibliotecas, para que tenham condições de prestar um serviço compatível com os anseios da comunidade, como é direito de todo o cidadão.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Coordenar e incentivar as ações referentes ao cumprimento da política estadual para as bibliotecas públicas; promover práticas de incentivo à leitura para a dinamização das bibliotecas como espaços de informação e cultura; manter o cadastro das bibliotecas públicas municipais e encaminhá-lo para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas quando solicitado; oferecer assessoria técnica às bibliotecas públicas municipais no que se refere à qualificação de recursos humanos; realizar oficinas; organizar levantamentos para compor o acervo de aquisição; atender aos pedidos de doação de livros e outros materiais são objetivos do trabalho da Biblioteca Pública do Paraná, que tem a função de coordenar o Sistema Estadual de Bibliotecas.

O projeto "Biblioteca Cidadã" favoreceu a democratização do conhecimento pelo acesso aos livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros nelas instalados. Apesar de ser um projeto que envolve mais de uma Secretaria de Estado, é desenvolvido e implementado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC). As unidades desse projeto possuem salas de leitura adulta e infantil, local para acomodação do acervo inicial de aproximadamente 2.000 (dois mil) títulos, telecentro, área administrativa e salão comunitário, totalmente equipados e mobiliados.

A Biblioteca Pública do Paraná, instalada em Curitiba, é uma das bibliotecas mais frequentadas do país, com cerca de 2.800 (dois mil e oitocentos) usuários/dia, entre adultos e crianças, realizando em média 1.000 (um mil) empréstimos diários. De livre acesso, simboliza a oportunidade, a qualquer pessoa, de obter uma base de conhecimentos para a formação da cidadania, fundamentada na democratização e socialização do saber. Tem como missões básicas a prestação de serviços de informação à comunidade, visando a seu desenvolvimento sociocultural e intelectual; a informação ampla e livre por meio da leitura e outras formas de acesso ao conhecimento e o estímulo à pesquisa, ao livre debate e à geração de novas formas de reflexão e expressão humana.

A proposta de estimular o gosto pela leitura em suas múltiplas linguagens e atrair leitores de todos os segmentos da sociedade leva a Biblioteca Pública do Paraná a desenvolver atividades educativas e recreativas e a promover, mensalmente, exposições, debates, oficinas de criação literária, encontros com escritores, palestras, sessões de cinema e diversos eventos abertos ao público, em diferentes áreas do conhecimento.

O Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná segue os pressupostos básicos do Plano Nacional, assumindo a questão da leitura, da literatura e do livro como uma política de Estado.

Assim, relacionamos os mesmos pressupostos que norteiam a ação federal. Nesse sentido, essa proposta valoriza particularmente três fatores



qualitativos e dois quantitativos identificados pela Unesco como necessários para a existência expressiva de leitores em um país.

Vale dizer que os fatores qualitativos são no seguinte sentido: o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população; devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura; e, deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Quanto aos fatores quantitativos, estes são no sentido de haver a garantia ao acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos; ademais, o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

O objetivo central do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para a cidadania plena. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, o leitor exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore seu nível educativo (em amplo sentido), fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Trata-se de intensa valorização dos caminhos abertos ao indivíduo pela cultura escrita, sem que se deixe de reconhecer, apoiar e preservar a cultura oral de nosso povo.

Este Plano busca criar condições necessárias e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado, em suas diferentes esferas de governo. Visa envolver também as múltiplas organizações da sociedade civil, lastreadas na promoção da cidadania e inclusão social e segundo estratégias que assegurem o desenvolvimento social e a construção de um projeto de Estado que sustente uma organização social justa.

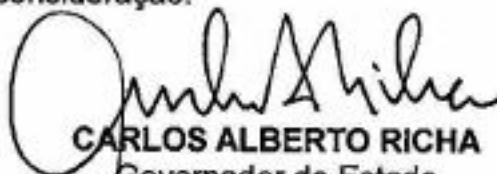
Segundo as orientações do Plano Nacional do Livro e Leitura, quatro eixos principais orientam a organização do Plano Estadual no Paraná, quais sejam: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e da percepção do seu valor simbólico; e, desenvolvimento da economia do livro.

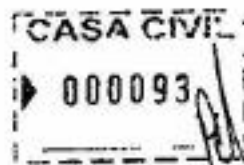
Desta feita, o presente Anteprojeto de Lei visa desenvolver e garantir estratégias de planejamento, apoio e articulação no que tange às ações



voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Estado do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

Eu, **Paulino Viapiana**, atualmente no cargo em Comissão de Secretário de Estado da Cultura, na qualidade do ordenador de despesas da aludida Secretaria, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei 8.666/93, está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Identificação da Despesa: Referente despesas com o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná.

Curitiba, 12 de Dezembro de 2012.

Paulino Viapiana

Secretário de Estado da Cultura

Confere com o original
CC em 19/01/2013
Ass.
Mta/cc



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/2013

Projeto de Lei nº. 51/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 014/2013

Súmula: Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná (PELLL), conforme especifica.

EMENTA: CULTURA. INSTITUI O PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66, 87 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná (PELLL) com a finalidade de desenvolver e assegurar estratégias permanentes de planejamento, apoio e articulação para a execução de ações voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

à iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos
nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição
do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. À iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da
Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao
Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral
de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Inclusive importante destacar que o Poder Executivo
possui plena competência para legislar sobre o assunto a que se refere o
presente projeto de lei, de acordo com o que preceitua o inciso IX, do art.
13 da Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a
União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná dispõe que a cultura é um direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelo Poder Estadual, vejamos:

Art. 190. À cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Corroborando com este entendimento assim preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria de Estado da Cultura, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, não há nenhum óbice quanto a Lei Complementar Federal nº 101/2000; uma vez que foi devidamente apresentada declaração de adequação da despesa a qual, inclusive, está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


NELSON JUSTUS
Presidente


WILSON QUINTERO
Relator



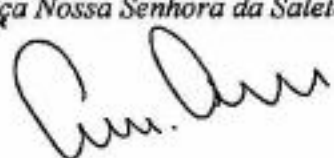








Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO 6
unanimemente 26.02.13
Gondim



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº51/2013

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura – PELL, que tem como fim desenvolver e assegurar estratégias permanentes de planejamento, apoio e articulação para execução de ações voltadas ao fomento da produção e circulação do livro, da literatura e da leitura, conforme especifica o projeto.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Wilson Quinteiro, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil, encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988, devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana.

Questão que se evidencia da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado garantir o acesso às fontes da cultura nacional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello




Neste contexto, a concretização e aplicabilidade do projeto de lei, em análise, buscará transformar o Paraná em um Estado de leitores, utilizando-se de políticas aglutinadoras e disseminadoras, tanto na gestão como na produção de atividades que envolvam a escrita e a leitura.

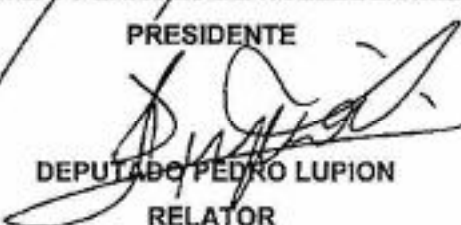
Com isto, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental por simbolizar a oportunidade de uma base de conhecimento, mudando o modo de agir e pensar de um povo, pela formação de um indivíduo mais crítico.

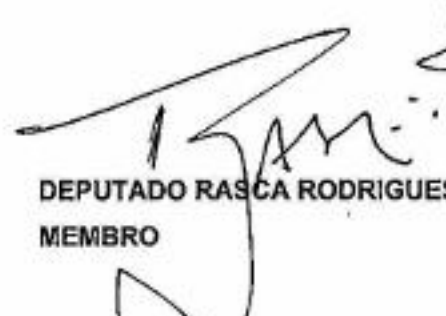
III – CONCLUSÃO

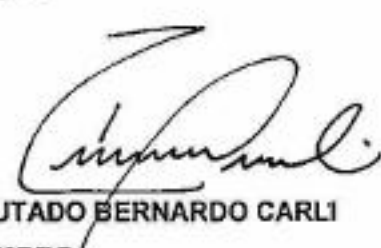
Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que estabelece, está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

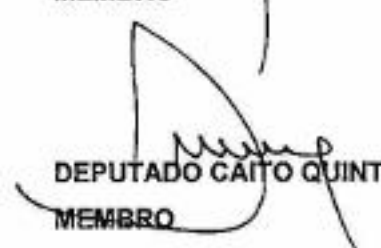
Curitiba, 13 de março de 2013.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
MEMBRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 051/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 014/2013 que institui o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura do Paraná (PELL), conforme especifica.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Wilson Quintero exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida visa desenvolver e garantir estratégias de planejamento quanto às ações voltadas para o fomento da produção e circulação do livro, da leitura e da literatura no Estado do Paraná.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta, a Declaração de Adequação da Despesa datada de 12 de dezembro de 2012 e assinada pelo Senhor Paulino Viapiana, Secretário de Estado da Cultura, declarando nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, e tem adequação com a Lei nº 8.666/93, estando incluída no Plano Plurianual 2012/2015, também na Lei de Diretrizes Orçamentária e por último na Lei Orçamentária Anual, ressaltando também, que está em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, especificamente em seus arts. 16 e 17.

Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/03/13


DEPUTADO JONAS GUMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO 
RELATOR



ANEXO PROJETO DE LEI 70/2013

Súmula: dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica isenta de ICMS a operação interna de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana, com integração física e tarifária, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.

§ 1º A isenção de que trata esta lei compreende o imposto incidente desde a operação de saída do produtor ou do importador e está condicionada ao desconto no preço equivalente ao valor dispensado.

§ 2º Não será exigida a anulação proporcional dos créditos decorrentes das entradas.

Art. 2º A fruição do benefício condiciona-se:

I - à existência de contrato administrativo de concessão ou permissão para a prestação de serviços de transporte público, firmado com o ente responsável pela concessão ou permissão em município integrante de região metropolitana, nos termos da legislação específica;

II - à elaboração de laudo determinando os valores das tarifas do transporte coletivo urbano em região metropolitana pelo órgão incumbido da administração e fiscalização do transporte público de passageiros, no município ou na região metropolitana;

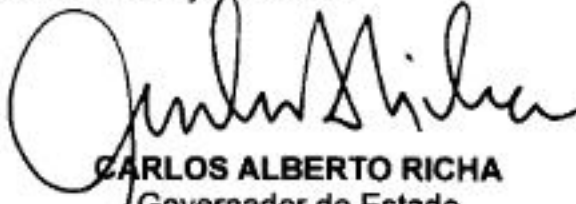
III - à celebração de termo de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pelas funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do serviço, contemplando o compromisso de praticar as tarifas especificadas no laudo de que trata o inciso II deste artigo, além de outros requisitos fixados em norma regulamentar.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à

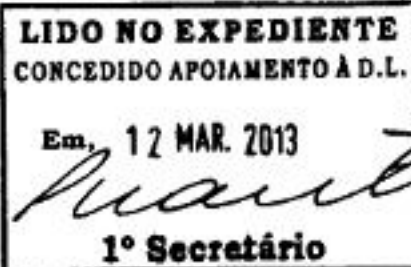
operacionalização desta lei, podendo estabelecer regras especiais de controle e fiscalização, sujeitando-se à exclusão deste regime de tributação a pessoa jurídica ou o fornecedor de óleo diesel que descumpri-las.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 020/2013

Curitiba, 11 de março de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 11/03/2013

Senhor Presidente,

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva isentar da cobrança de ICMS o óleo diesel utilizado na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano integrado em região metropolitana, realizado mediante pagamento de tarifa única, visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Destaca-se, conforme determina a Constituição Federal, no inciso V do art. 30, que a competência executiva do transporte urbano é dos municípios e a do transporte intermunicipal, em razão da competência residual estabelecida no § 1º do art. 25, dos estados. Assim, o fornecimento de um transporte público de qualidade e agregador, entre municípios, é dever do Estado.

Devido aos elevados custos operacionais, a continuidade dos serviços prestados à população pelas empresas concessionárias desse serviço integrado está ameaçada, pois o repasse dos custos elevaria demasiadamente o valor da tarifa, afastando o usuário, por comprometimento de sua renda, e, ainda mais, a produtividade do setor.

A retirada do imposto sobre o óleo diesel contribuirá para a redução das tarifas cobradas dos cidadãos e para a prestação de um serviço com mais qualidade, segurança e fluidez em todas as regiões metropolitanas com sistemas integrados de transporte.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.890.967-4

05



A proposta prevê que a desoneração está condicionada ao desconto no preço do combustível pelo fornecedor, podendo dela usufruírem as empresas habilitadas à prestação do serviço, mediante concessão ou permissão, que firmarem convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pela gestão e fiscalização do serviço.

Com a isenção proposta, estima-se um impacto inicial na arrecadação de ICMS de aproximadamente R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, segundo os dados de consumo anual fornecidos pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, considerando que, atualmente, o benefício alcançará a Região Metropolitana de Curitiba, cujo transporte público é estruturado e integrado física e tarifariamente, além de sistemas de transporte coletivo de outras regiões do Estado.

A contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, que, somente em relação ao óleo diesel, até a presente data, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras de buscar o alinhamento do preço dos combustíveis aos valores praticados no mercado internacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 70/2013

Projeto de Lei nº 70/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 020/2013

Súmula: Dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DE ICMS PARA OPERAÇÃO COM OLEO DIESEL PARA TRANSPORTE COLETIVO URBANO E METROPOLITANO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA ANEXA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva isentar da cobrança de ICMS o óleo diesel utilizado na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano integrado em região metropolitana, realizado mediante pagamento de tarifa única, visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Concedido vista.

Em 19 / 03 / 2013

Pericles Mello
OCJ

*Cancelado pedido
vista*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



A retirada do imposto sobre o óleo diesel contribuirá para a redução das tarifas cobradas dos cidadãos e para prestação de um serviço com mais qualidade, segurança e fluidez em todas as regiões metropolitanas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo



Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ICMS.

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o ICMS.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Todavia, com o intuito de aperfeiçoar a proposição, apresentamos a emenda em anexo, que altera a redação do *caput* do art. 1º.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, com a apresentação da ^{substitutivo geral} ~~emenda anexa~~. *Assinado*

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 70/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral para alterar a redação do projeto, o qual passará a contar com a seguinte redação:

Súmula: Dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano, na forma em que especifica.

Art. 1º Fica isenta de ICMS a operação interna de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros, em cidades-polo com mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.

§ 1º A isenção de que trata esta Lei compreende o imposto incidente desde a operação de saída do produtor ou do importador e está condicionada ao desconto no preço equivalente ao valor dispensado.

§ 2º Não será exigida a anulação proporcional dos créditos decorrentes das entradas.

Art. 2º A fruição do benefício condiciona-se:

I - à existência de contrato administrativo de concessão ou permissão para a prestação de serviços de transporte público, firmado com o ente responsável pela concessão ou permissão, nos termos da legislação específica;

II - à elaboração de laudo determinando os valores das tarifas do transporte coletivo urbano ou metropolitano pelo órgão incumbido da administração e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Liderança do Governo




fiscalização do transporte público de passageiros, no município ou na região metropolitana;


III - à celebração de termo de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pelas funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do serviço, contemplando o compromisso de praticar as tarifas especificadas no laudo de que trata o inciso II deste artigo, além de outros requisitos fixados em norma regulamentar.









Art. 3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à operacionalização desta lei, podendo estabelecer regras especiais de controle e fiscalização, sujeitando-se à exclusão deste regime de tributação a pessoa jurídica ou o fornecedor de óleo diesel que descumpri-las.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 070/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 020/2013 que dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitana integrado de passageiros.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral.

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Governador objetivava garantir isenção de ICMS a operação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana.

Insta ressaltar que a Comissão de Constituição e Justiça por meio do Relator Deputado Ademar Traiano, apresentou Emenda Substitutiva Geral que foi aprovada, objetivando incluir na citada isenção, as cidades-polos com mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

19

Consoante a justificativa do autor, há que se destacar que em relação ao impacto inicial, com a isenção proposta, na arrecadação de ICMS, a mesma, será de aproximadamente R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, conforme dados fornecidos pela COMEC.


Ainda nesta linha a contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, em relação ao óleo diesel, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras.

Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma da **Emenda Substitutiva Geral**, apresentada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25/03/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR







PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 070/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 20/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “Dispor sobre a Isenção de ICMS nas Operações Internas com Óleo Diesel utilizado na Prestação de Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano e Metropolitano Integrado de Passageiros,” visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Destaca-se, conforme determina a Constituição Federal, no inciso V do art. 30, que a competência executiva do transporte urbano é dos municípios e a do transporte intermunicipal, em razão da competência residual estabelecida no § 1º do art. 25, dos estados. Assim, o fornecimento de um transporte público de qualidade e agregador, entre municípios, é dever do Estado.

Com a isenção proposta, estima-se um impacto inicial na arrecadação de ICMS de aproximadamente R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, segundo os dados de consumo anual fornecidos pela Coordenação da região Metropolitana de Curitiba – COMEC.

A contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, que, somente em relação ao óleo diesel, até a presente data, já soma 10,67%, devido à política da Petrobrás de buscar o alinhamento do preço dos combustíveis aos valores praticados no mercado internacional.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.



A autorização para a isenção de ICMS ora proposta encontra-se arrimada no art. 130 da Constituição Estadual que reza:

“Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, da Constituição Federal.

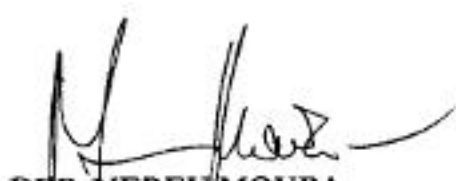
A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à isenção de imposto.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 25 de março de 2013.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 70/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 20 / 13 - tem por finalidade dispor sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de março de 2013.

Vale a reserwa
Jurese

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 MAR. 2013

Mauro
1º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 02/2013

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de novembro de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de novembro de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de março de 2013.

[Signature]
DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

[Signature]
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3/2004, com alterações feitas pela Resolução nº 3/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 028/2013/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de novembro de 2012, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

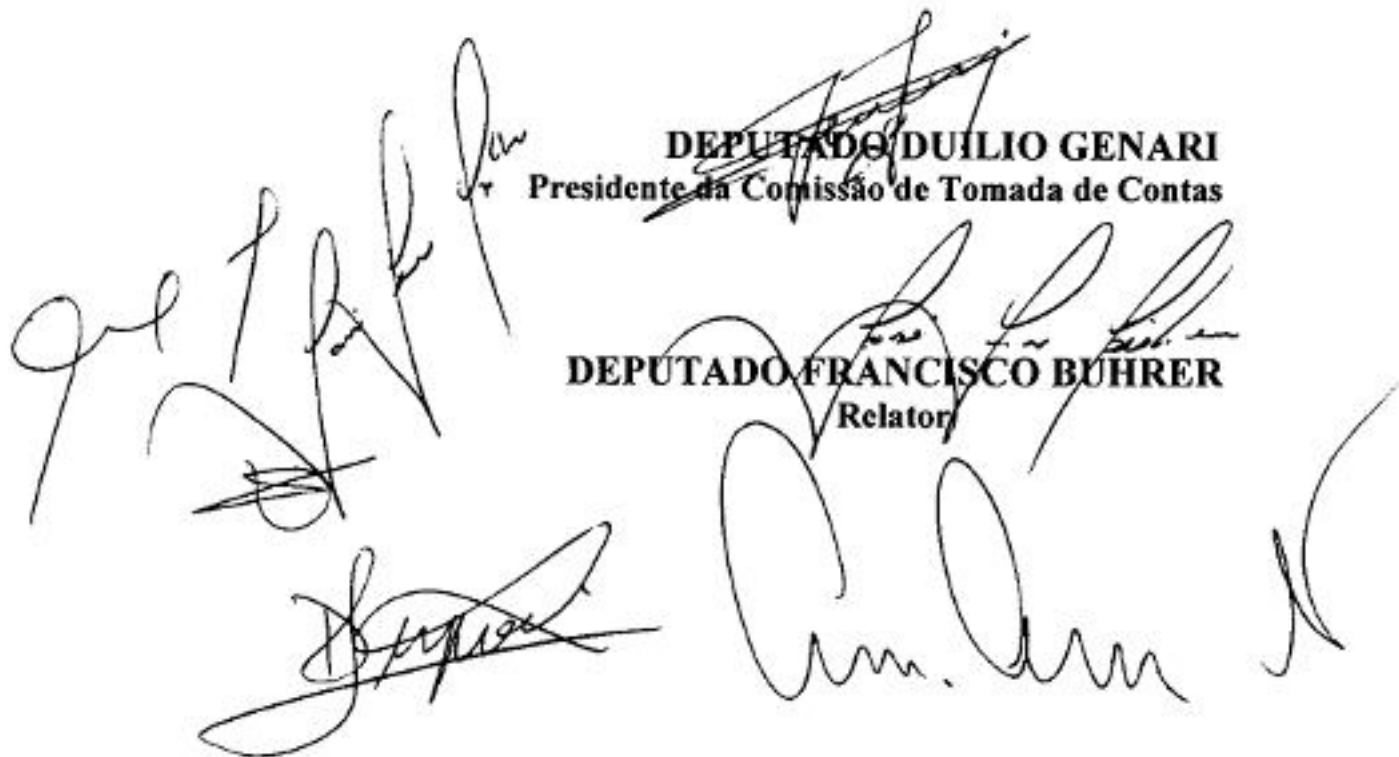
Assim sendo, entende esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 11 de março de 2013


DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator





COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 031/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 MAR. 2013

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de dezembro de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de dezembro de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de março de 2013.

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3/2004, com alterações feitas pela Resolução nº 3/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 029/2013-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de dezembro de 2012, regulamentado pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria em epígrafe, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação, dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala as Comissões em, 11 de março de 2013


DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator

